ECONOMISTAS

Revista do Conselho Federal de Economia - COFECON

Ano II - Nº 2 - Maio 2010

BRASÍLIA 1960 2010

Viva Brasília!
50 anos da Capital federal

GESTÃO 2010

COFECON apresenta suas propostas de trabalho

ENTREVISTA

João Paulo de Almeida Magalhães
Presidente do CORECON-RJ

Sumário

entrevista 04

06 expressão

COFECON promove 08

10 em foco

capa 12

17 gestão COFECON

comissões COFECON 19

20 opinião econômica

ponto de vista 22

23 CORECON's

Expediente

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Presidente
Waldir Pereira Gomes

Vice-presidente
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo

Conselheiros Federais Efetivos
Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antônio Melki Júnior
Ario Zimmermann
Carlos Alberto Gandolfo
César Homero Fernando Lopes
Eduardo Lima Bentes
Ermes Tadeu Zapelini
Fabíola Andréa Leite de Paula
Jin Whan Oh
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
José Luiz Amaral Machado
João Manoel Gonçalves Barbosa
Júlio Flávio Gameira Miragaya
Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro
Marcelo Pereira de Mendonça
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo
Máximo Porto Seleme
Osmar Gonçalves Sepúlveda
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Dantas Costa
Paulo Roberto Lucho
Pedro C. Pepeu Garcia Vieira Santana
Raimundo Rocha Júnior
Ricardo José Senna
Sebastião José Balarini
Synésio Batista da Costa
Wellington Leonardo da Silva
Wilson Benício Siqueira
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

Conselheiros Federais Suplentes
Antônio Agenor Denardi
Antônio Carlos Brites Jaques
Antônio Luiz de Queiroz Silva
Cândido Luiz de Lima Fernandes
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior
Carlos Henrique Tibiriçá de Miranda
Carlos Roberto de Castro
Daniel Rodrigues Poit
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Fernando da Silva Ramos Filho
Hamilton Peluso
João Batista Soligo Soares
João Eduardo Resende
João Pedro da Silva
João Rogério Sanson
José Roberto de Lacerda Santos
Marcos Antônio Moreira Calheiros
Maria Cristina Araújo
Max Leno de Almeida
Nei Jorge Correia Cardim
Newton Ferreira da Silva Marques
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Salvatore Ponzini
Pedro Afonso Gomes
Pedro Moreira Filho
Roberto Carlos Quintela Alcântara
Sidney Pascoutto da Rocha
Virgílio Pacheco de Araújo Neto

Conselho Editorial
Waldir Pereira Gomes
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo
Carlos Roberto de Castro
Wilson Benício Siqueira

Coordenador de Comunicação
Wilson Benício Siqueira

Jornalista Responsável
Emilson Corrêa
MTb 13.240-MG (JP)

Colaboradores
Aline Tales Ferreira Sette
Manoel Castanho
Luciana Rocha

Projeto Gráfico e Editoração
Danielle Marcussi
Wendell Campos Borges

Tiragem
10.000 exemplares

Editorial

É com satisfação que iniciamos a nossa gestão com o lançamento do segundo número da Revista "Economistas", em substituição ao Jornal do Economista. A nova proposta editorial, que se insere no projeto de modificação e aperfeiçoamento do sistema de comunicação social promovido pela Comissão de Comunicação do COFECON, não tem a pretensão de ser uma revista científica ou acadêmica, mas, valendo-se de um projeto gráfico e editorial modernos, pretende oferecer aos leitores da nossa categoria profissional uma publicação leve e atraente, contemplando seções, entrevistas, artigos e debates, abrindo, assim, um novo e importante canal de comunicação entre o Conselho, os economistas, estudantes de economia, profissionais acadêmicos e a sociedade.

A Revista passa, agora, a constituir um importante canal do sistema de comunicação do Conselho Federal de Economia com seu público, com o objetivo de levar a todos os interessados informações e notícias relevantes a respeito da instituição e de temas econômicos. De forma dinâmica, atual e criteriosa, esta publicação traz entrevistas, artigos e comunicados, elaborados a partir de uma linguagem direta, que se propõem a ressaltar, dentre outros atrativos, o trabalho que as ações que a instituição vem desenvolvendo com o intuito de valorizar, promover e difundir a profissão de economista em todo o país.

Assim como ocorre com a comunicação, a atual gestão do COFECON também tem grande preocupação com áreas que desempenham papéis fundamentais para a obtenção de resultados cada vez mais expressivos e satisfatórios, tanto para a instituição quanto para os economistas e a sociedade em geral. Nesse sentido, podemos destacar a importância que a integração entre o COFECON e os Conselhos Regionais possui no atual contexto institucional e estratégico. É imprescindível que o trabalho desempenhado pelos CORECONs em todo o Brasil seja apoiado e estimulado por uma representação maior, de expressão nacional, uma vez que o objetivo geral gira em torno da criação de oportunidades e melhorias para uma única categoria profissional.

Por isso, nos propomos a trabalhar incessantemente pela otimização e modernização de setores e áreas vitais para a sociedade e, conseqüentemente, para os economistas: educação, comunicação, cultura, socialização, meio ambiente, produção literária, e mercado de trabalho, para citar apenas alguns. Sabemos, pois, que, para tanto, uma atuação coesa e totalmente integrada entre o COFECON e os Conselhos Regionais se apresenta como uma meta que deve ser perseguida e obtida de forma eficiente e sustentável. E é nesse sentido que estamos focando boa parte de nossos esforços e de nossos investimentos.

Por ora, desejamos que a leitura desta edição possa contribuir para a manutenção e difusão do conhecimento e da informação a respeito da profissão de economista, de suas áreas de atuação e do sistema institucional que os representa e valoriza em todas as instâncias. Boa leitura e até o próximo número!

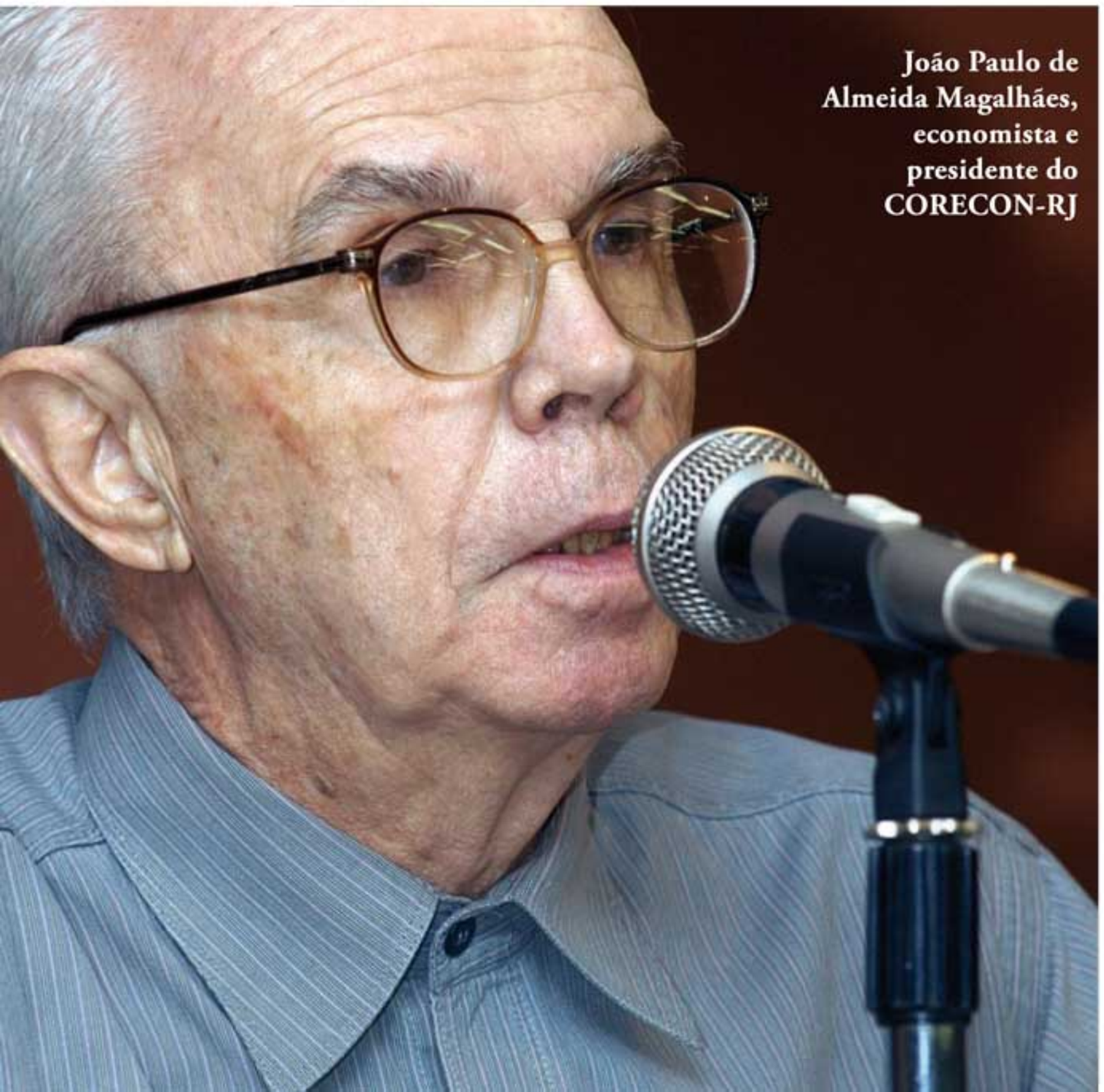
Waldir Pereira Gomes

Presidente do Conselho Federal de Economia – COFECON

ENTREVISTA

João Paulo de Almeida Magalhães

A entrevista desta edição destaca o ponto de vista do economista e presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - CORECON-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães. Doutor em Economia pela Universidade de Paris, tendo ocupado cargos como os de chefe do Núcleo de Planejamento Econômico do Governo Jânio Quadros, presidente do Instituto de Economia do Rio de Janeiro e coordenador da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (COFECON), é autor de diversos livros e artigos econômicos. Conhecedor profundo da economia brasileira, de seus avanços e entraves ao desenvolvimento, o economista faz uma exposição consistente acerca do momento econômico vivido pelo Brasil e do seu posicionamento no cenário internacional, sem deixar de elucidar questões iminentes sobre a sucessão presidencial e os desafios a serem enfrentados pelo próximo presidente brasileiro.



João Paulo de Almeida Magalhães, economista e presidente do CORECON-RJ

REVISTA ECONOMISTAS: A manutenção da estabilidade econômica foi o maior suporte do Governo Lula?

JOÃO PAULO DE A. MAGALHÃES: A estabilidade econômica tem um aspecto monetário e outro real. No que diz respeito ao Governo Lula, o primeiro aspecto não tem maior significação em relação ao suporte que recebe da opinião pública, dado que a colocação do surto inflacionário sob controle já havia sido obtida por seu antecessor. A superioridade do atual Governo está no fato de que, em seu segundo mandato, elevou o crescimento do PIB para 4% ao ano, enquanto nas últimas três décadas essa percentagem média não foi além de 2%.

Na verdade, porém, os altos níveis de aceitação do atual presidente são, dentro de certa medida, indevidos, visto que, nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o Brasil cresceu na média anual de 7% e, presentemente, os países asiáticos, com condições bem inferiores às nossas, no que concerne ao desenvolvimento, vêm se expandindo a taxas entre 7% e 9%, alcançando algumas vezes a percentagem de 14%.

O presidente Lula vem, em última análise, se beneficiando de uma amnésia histórica, uma vez que a opinião pública se esqueceu dos resultados muito superiores obtidos no passado em termos de incremento do PIB e de certo euforismo que nos leva a ignorar os resultados muito superiores obtidos em outras partes do mundo.

RE: Quais os pontos de estrangulamento que não permitem que o crescimento econômico deslanche no país? Fale também a respeito dos maiores desafios a serem enfrentados, no cenário econômico, pelo próximo presidente do Brasil.

JPAM: No que se refere aos pontos de estrangulamento, ou aos obstáculos de curto prazo que hoje impedem nossa volta ao crescimento acelerado, acredito que existe opinião bastante generalizada de que estes se acham na sobrevalorização da taxa de câmbio e na elevadíssima taxa de juros.

Quanto à taxa de câmbio, basta lembrar que em entrevista recente, o Ministro da Fazenda declarou que era desejável para o país a taxa de 2,6 reais por dólar. Essa distorção está levando a que o país volte aos déficits comerciais e de conta corrente registrados no passado, além de estar conduzindo-o a especialização em *commodities* agrícolas e industriais.

Os resultados negativos em razão da prática de uma das mais altas taxas de juros do mundo são os seguintes: atrair capital estrangeiro especulativo (o que constitui uma das causas da sobrevalorização cambial); desencorajar investimentos em atividades diretamente produtivas; e onerar pesadamente o orçamento público (o país gasta hoje em juros da dívida pública mais do que em setores como os da saúde, educação e segurança).

As altas taxas de juros são justificadas como forma de conter a inflação. Ora, o instrumento básico utilizado no bem sucedido Plano Real foi uma política de rendimentos e não de taxa de juros. A forma corrigir essa distorção é a baixa da taxa SELIC e o controle do *spread* cobrado pelos bancos em seus empréstimos.

RE: Quais as políticas econômicas essenciais a qualquer programa de governo dos candidatos à presidência?

JPAM: Análises sobre as recentes experiências de desenvolvimento demonstram que a determinante principal do sucesso das políticas de eliminação do atraso econômico é a garantia de mercado com dinamismo e dimensões adequados. Nesse contexto, a importância do capital estrangeiro é reduzida deixando, assim, de serem justificáveis medidas altamente conservadoras para levar o país ao *investment grade*. Não se está, obviamente, negando a importância do capital estrangeiro. Mas nunca é demais lembrar que se trata da maior exportadora de poupanças do mundo, sendo os Estados Unidos seu principal beneficiário.

O mercado externo que deve comandar o crescimento do país não é, todavia, o de *commodities* agrícolas e industriais, como está acontecendo hoje no Brasil, porque isso proporcionaria ao país, na melhor das hipóteses, um semi-desenvolvimento. Sem descurar esse setor, no qual gozamos de vantagem comparativa, o necessário é implementar política econômica destinada a tornar nossa economia competitiva em setores de tecnologia avançada, alto valor adicionado por trabalhador e mercado internacional dinâmico. Tal como vêm fazendo os outros três países dos BRICs.

RE: A inserção da economia brasileira no cenário internacional está devidamente adequada ao sistema cambial? O que ainda pode ser feito?

JPAM: A inserção do Brasil no mercado internacional não pode ser, como vem acontecendo, com base em uma especialização em *commodities*, sejam agrícolas, sejam industriais. O que está ocorrendo é que a entrada no mercado mundial de países de grande peso econômico, como a Índia e China, e a baixa dotação em recursos naturais tem acelerado o crescimento do mercado de commodities e elevado o preço desses produtos. Essa, contudo, é uma evolução que beneficiará seus fornecedores estritamente a médio prazo. Ou seja, se o produto *per capita* da Índia e China for multiplicado por dez nem por isso eles consumirão dez vezes mais café e frango brasileiros.

O fator fundamental na tendência indesejável da especialização brasileira se deve à sobrevalorização cambial, cuja importância nesse processo é certamente superior à chamada doença holandesa. Se a taxa de câmbio está sobrevalorizada, os únicos bens que conseguem competir no mercado internacional são aqueles em que o país goza de vantagens comparativas naturais. No caso brasileiro, os de *commodities*. Ou seja, a sobrevalorização da taxa de câmbio não só determina os efeitos negativos de curto prazo, antes mencionados, como está levando o país ao que alguns analistas chamam de "especialização regressiva".

RE: Em sua opinião, o Brasil já atingiu amadurecimento econômico suficiente para o "grande salto", em comparação a seus parceiros próximos?

JPAM: Eu não diria que o Brasil está preparado para o "grande salto" porque este realmente já ocorreu. De fato, estudos recentes mostram que nos oitenta primeiros anos do século passado o crescimento do Brasil apenas foi superado pelo do Japão. Nosso desafio é nos libertarmos da visão neoliberal que passou a comandar a política econômica brasileira desde 1980. O grande problema é que o neoliberalismo, consagrado no Consenso de Washington, tem o apoio da teoria neoclássica que domina hoje o pensamento econômico. Esta é a explicação para o fato de, apesar do estrondoso fracasso do receituário neoliberal em toda América Latina, o Consenso de Washington ter sobrevivido. Segundo seus defensores, suas propostas de política econômica continuam válidas bastando se ajustar às instituições dos países subdesenvolvidos às exigências do crescimento econômico.

O grande desafio para o Brasil e países da América Latina em geral, principais vítimas do receituário neoliberal, é o de criar modelo teórico de nível não inferior ao neoclássico capaz de justificar política econômica ajustada à realidade de economias retardatárias. Algo semelhante ao que ocorreu no passado, quando a teoria protecionista de List criou exceção à regra de total abertura comercial da teoria das vantagens comparativas, dando cobertura científica à industrialização dos Estados Unidos e Alemanha.

Expressão

Câmbio valorizado e autoengano

Antonio Corrêa de Lacerda

Professor-doutor da PUC-SP, doutor em economia pela UNICAMP, foi presidente do Cofecon e do Corecon-SP e é co-autor, entre outros livros, de *"Economia Brasileira"* (Saraiva).
aclacerda@pucsp.br

A taxa de câmbio é um preço fundamental da economia, embora seja, de forma equivocada, geralmente relacionada apenas à remuneração dos exportadores, ou como um ativo financeiro simplesmente. Na verdade, trata-se de um preço determinante para decisões de investimentos locais, financiamento das empresas, produção importações, entre outros.

Um dos mitos presentes na questão cambial e competitividade é o de que, no caso brasileiro, é possível "compensar" a valorização do real relativamente às demais moedas, com a redução de custos sistêmicos, como tributários, burocráticos, logísticos, etc., ou ainda com os ganhos de produtividade no âmbito das empresas.

Para adequar os diferentes níveis de competitividade, os países adotam, no bojo da sua política comercial, tarifas de importação e outros artifícios que, em tese, deveriam corrigir diferenças.

No entanto, estamos diante de um grave problema cambial, de ordem internacional, mas que no Brasil ganha contornos ainda mais dramáticos. No pós-crise a maioria das moedas se valorizou relativamente ao dólar, porém, com uma importante exceção que é a China e, mais recentemente o Euro. Estudos recentes realizados pelos economistas William R. Cline e John Williamson[1] apontam que, enquanto o real está sobrevalorizado em 15% em relação ao dólar norte-americano, outros países que competem com o Brasil possuem moedas desvalorizadas.

O yuan chinês, o caso mais gritante, está subvalorizado em 40% relativamente ao dólar. Ou seja, um produto chinês competindo no mercado doméstico brasileiro, ou com uma empresa brasileira no mercado internacional, leva uma vantagem inicial de pelo menos 66%, somente pelo aspecto cambial, sem considerar os demais fatores de competitividade, como custo de financiamento, carga tributária, que também lhe são favoráveis.

A idéia de que é possível compensar a perda de competitividade cambial com desonerações e outras medidas revela, além de desinformação, muitas vezes um processo de autoengano. Reduzir o *Custo Brasil* e melhorar a competitividade sistêmica é algo necessário para manter e ampliar a competitividade da produção brasileira. Isso também não dispensa as ações de aumento de produtividade das empresas, nem tampouco as atividades de inovação, o que deve sempre fazer parte de uma ampla política pública que fomente as estratégias empresariais nesse sentido.

1 *Notes on Equilibrium Exchange Rates: January 2010. Policy Brief. Peterson Institute for International Economics. Disponível em* http://www.piie.com/publications.

Mas, não nos iludamos. Isso, embora imprescindível, não vai compensar o gravíssimo problema da perda de competitividade advindo da valorização do real. Trata-se aqui de problemas que, embora digam respeito à competitividade, são de natureza distintas. Concorremos cada vez mais com países que têm melhores condições de competitividade tanto sistêmica, quanto das empresas, e que também adotam agressivas políticas comerciais e industriais. Adicionalmente, no caso mais flagrante da China, utilizam a política cambial e outros artifícios, como as práticas de *dumping*, nem sempre de fácil caracterização, para ganhar mercados.

Ignorar o grave problema da perda de competitividade derivada da valorização cambial e enfrentar o jogo do mercado internacional em condições desfavoráveis representa para o Brasil abrir mão da industrialização conseguida às duras penas. O quadro atual de valorização nos tornará crescentemente dependente de produtos primários, em detrimento daqueles de maior valor agregado. Isso não vale apenas para a exportação, mas para a produção interna, que compete com os importados, e também para a atração de novos investimentos, uma vez que os países comparam custos de produção em dólares para cálculos de viabilidade e localização de seus novos projetos.

Também não adianta tentar transferir o problema para os outros países. O Brasil deve sim aproveitar o seu protagonismo internacional e continuar a interagir nos vários fóruns contra esse desequilíbrio cambial internacional. Mas deve, urgentemente, adaptar a política cambial doméstica para o novo cenário, algo que também torna imprescindível o aprimoramento da política monetária, que ainda mantém juros excessivamente elevados para padrões internacionais, e da política fiscal, principalmente que propicie um horizonte de sustentabillidade intertemporal das contas públicas.

Daí a inconsistência em tratar a taxa de câmbio apenas como ativo financeiro e deixá-la flutuar ao sabor do mercado, pois não se trata de operações lastreadas apenas pelas demandas do setor produtivo. O que ocorre é que a volatilidade da cotação da taxa cambial se tornou instrumento poderoso de arbitragem no mercado financeiro, algo que não traz nenhum benefício ao País. Pelo contrário, a arbitragem entre juros, câmbio, bolsa de valores e outros mercados só potencializa a instabilidade, dificultando as decisões empresariais.

Isso implica um viés pró importação, em detrimento da produção interna, além de um desestimulo à exportação, especialmente de bens manufaturados. Adicionalmente, ao encarecer o custo local de produção expresso em dólares, se transforma em um "convite" às empresas deslocarem sua base produtiva para o exterior.

Há quem argumente que países que recebem fluxos de capitais externos, como o Brasil, têm uma tendência estrutural à valorização da taxa de cambio. Mas, em sendo assim, o que seria então da China, que recebe infinitamente mais capital, assim como de outras economias que não experimentam a mesma volatilidade do real?

Há ainda quem considere que a taxa de juros praticada internamente tem pouca responsabilidade no processo de valorização do real, o que é mais um erro. Na verdade, o que importa mesmo não é a taxa de juros nominal praticada hoje comparada ao nosso próprio passado, mas sim, a relação entre a taxa de juros doméstica versus a internacional. Como quase todo o mundo baixou substancialmente e de forma mais acentuada do que nós as suas taxas de juros, o diferencial entre o juro interno e externo continua estimulando operações de arbitragem no mercado, algo que tenderá a se acentuar com a elevação das taxas de juros no Brasil.

Essa é uma anomalia que precisa ser corrigida, sob pena de manter a excessiva volatilidade da taxa de cambio, que se valoriza no ingresso, assim como se desvaloriza na saída de recursos. É preciso reduzir mais rapidamente o diferencial entre a taxa de juros real interna e externa, assim como introduzir mecanismos de desestímulo ao ingresso de capitais de curto prazo apenas interessados no *carry trade*.

O que interessa ao Brasil são capitais externos de longo prazo, preferencialmente aqueles relacionados aos investimentos produtivos, como investimentos diretos, para financiamento de projetos, ou mesmo em bolsa, com uma visão de longo prazo. O país não depende de capitais de curto prazo e faria muito bem desestimulá-los. A relativa estabilidade dos preços foi vencida há quinze anos, mas a instabilidade da moeda prevalece como desafio para o desenvolvimento brasileiro.

A conclusão é que somente com medidas ousadas, que propiciem uma forte transformação nos fatores de competitividade, vamos evitar que o crescimento econômico brasileiro seja interrompido no futuro, seja por carência de investimentos, ou pelo aumento da vulnerabilidade das contas externas. Houve importantes progressos nos últimos anos, mas a sustentabilidade do processo somente será obtida com as correções nos fatores determinantes para a competitividade da produção e dos investimentos.

PROMOVE

COFECON

XIV Prêmio Brasil de Economia

Instituído em 1986 pelo Conselho Federal de Economia (COFECON) em parceria com o Banco do Brasil, o Prêmio Brasil de Economia vem se consolidando como um marco na valorização da produção literária econômica, com especial atenção e reconhecimento por parte dos profissionais do meio acadêmico. Buscando a difusão e premiação de trabalhos focados em áreas econômicas de grande interesse de estudantes universitários, profissionais de economia e sociedade, o Prêmio Brasil de Economia, além de incentivar a escrita, também desperta o interesse coletivo para questões atuais que influenciam o comportamento social, a dinâmica econômica, a evolução tecnológica, as políticas públicas e o meio ambiente.

O Prêmio Brasil de Economia tem por objetivo incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira.

A entrega do Prêmio Brasil de Economia já se tornou tradicional entre os economistas e estudantes de Norte a Sul do país, e sua importância reside, sobretudo, em sua capacidade de estimular novos talentos que possam despontar e se fazer conhecer no cenário das Ciências Econômicas. Nos últimos anos, a participação de jovens tem sido significativa. Na maioria das vezes, eles têm sido majoritariamente agraciados com a premiação.

Reforçando o papel de iniciativas como esta, o Conselheiro Federal e Coordenador do Prêmio Brasil e Personalidade Econômica do Ano, Cândido Luiz de Lima Fernandes, afirma que "o Prêmio Brasil de Economia tem por objetivo incentivar a manifestação de estudantes e profissionais da área de Economia no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas de graduação, pós-graduação e artigos voltados para o conhecimento da realidade econômica brasileira. Existente desde 1986, este Prêmio encontra-se na sua décima sexta edição e se configura como um dos mais importantes prêmios da área econômica atualmente existentes no país. Ele é uma forma do COFECON exercer, em nível nacional, o seu papel de contribuir para a investigação científica e a disseminação de novas idéias".

Fernandes também destaca que a importância do Prêmio Brasil de Economia para meio acadêmico e seu prestígio junto aos profissionais de Ciências Economicas tem gerado resultados de extrema relevância para estes segmentos e para o relacionamento do Sistema COFECON / CORECONs com seus diversos públicos. "Além de valorizar a profissão do economista, contribuindo para a sua inserção permanente no debate dos grandes temas nacionais e incentivando a investigação econômica, o Prêmio visa atrair também os estudantes de economia, ao premiar monografias de graduação, estimulando-os a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira. Torna-se, pois, imprescindível divulgar o Prêmio e estimular, em todo o país, estudantes e profissionais de Economia a dele participarem", explica o Coordenador do Prêmio.

Cândido Luiz de Lima Fernandes, Conselheiro Federal (Suplente) e Coordenador do Pêmio Brasil de Economia

Pioneiro na premiação e valorização da produção literária econômica brasileira, evento promovido pelo COFECON chega à sua 16ª edição trazendo novidades.

Na edição de 2010, o XVI Prêmio Brasil de Economia conta com o apoio da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB)e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE). Além disso, este ano, o Prêmio contempla premiação para trabalhos em seis categorias: Livro de Economia, Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado, Artigo Técnico ou Artigo Científico, Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Economia, e Gestor Público Estadual e Municipal.

Síntese do regulamento do XVI Prêmio Brasil de Economia

Trabalhos

Os trabalhos devem versar sobre temas relacionados com a Teoria Econômica, Pensamento Econômico Contemporâneo, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Economia Internacional, Economia Agrícola, Economia do Sócio Ambiental, Economia Regional e Urbana, Integração Econômica, Economia e Inovações Tecnológicas, temas interdisciplinares e outros relativos à Ciência Econômica.

Inscrições

- Os trabalhos das categorias concorrentes poderão ser protocolados nos Conselhos Regionais de Economia, ou em suas Delegacias, até o dia 01/07/2010.
- Os trabalhos encaminhados por SEDEX somente serão aceitos se postados até o dia 15/07/2010 pelos CORECONs ao COFECON.
- Não serão aceitos trabalhos encaminhados por Correio Eletrônico.

Análise documental

Após a entrega das decisões das Comissões Julgadoras, o Conselho Federal de Economia procederá à verificação do conteúdo entregue dentro do envelope lacrado. O trabalho será eliminado caso ocorra: a falta de qualquer documento comprobatório expressamente solicitado neste Regulamento; inadimplência dos economistas candidatos às categorias Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado e Artigo Técnico ou Artigo Científico.

A premiação será adjudicada para o candidato colocado imediatamente após o eliminado naquela categoria. O processo poderá ser repetido quantas vezes forem necessárias.

Prêmios

Os Prêmios contemplarão os melhores trabalhos inscritos em cada categoria. Ficam estabelecidos os seguintes valores de premiação em cada categoria:

- Categoria Livro: 1º lugar: R$ 5.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 2º lugar: menção honrosa e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 3º lugar: menção honrosa e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs.
- Categoria Tese de Doutorado (Economista): 1º lugar: R$ 5.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 2º lugar: R$ 3.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 3º lugar: R$ 2.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs.
- Categoria Dissertação de Mestrado (Economista): 1º lugar: R$ 3.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 2º lugar: R$ 2.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 3º lugar: R$ 1.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs.
- Categoria Artigo Técnico ou Artigo Científico (Economista): 1º lugar: R$ 2.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 2º lugar: menção honrosa e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 3º lugar: menção honrosa e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs.
- Categoria Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Estudante): 1º lugar: R$ 2.500,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 2º lugar: R$ 1.000,00 e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs; 3º lugar: menção honrosa e divulgação nos meios de comunicação do Sistema COFECON / CORECONs.
- Prêmio Gestor Público: Medalha – Gestor Municipal classificado seguindo os índices do IRFS; Medalha – Gestor Estadual classificado seguindo os índices de metas fiscais.

A íntegra do Regulamento do XVI Prêmio Brasil de Economia encontra-se disponível no portal do COFECON: www.cofecon.org.br.

Em Foco

Campanha Nacional de Recadastramento

A Campanha Nacional de Recadastramento foi lançada em dezembro do ano passado, como parte da implantação das novas carteiras profissionais. O economista que se recadastrasse até o dia 18 daquele mês (período prorrogado para 29 de janeiro) receberia a nova carteira sem nenhum custo, devendo apenas doar uma lata de leite em pó ao respectivo CORECON. Para participar não era preciso ter as anuidades em dia, mas esta era uma oportunidade de renegociar os eventuais débitos existentes.

Os economistas receberam ofícios com informações sobre a campanha, juntamente com formulários nos quais eles poderiam atualizar os dados que por algum motivo estivessem incorretos. O passo seguinte era comparecer ao CORECON (ou delegacia regional) – onde é feita a coleta de assinatura e impressão digital – levando também uma foto 3x4 com fundo branco.

COFECON implementa melhorias no processo para melhor atender aos economistas de todo o país e facilitar o trabalho dos CORECONs

Os economistas não perderam tempo: com um prazo tão curto, correram até os CORECONs para efetuar o recadastramento, o que provocou uma sobrecarga de trabalho num primeiro momento. Ao mesmo tempo, encerrava-se o mandato da presidência do COFECON e o dia-a-dia da campanha nos Conselhos Regionais trazia outras dúvidas quanto à parte operacional, principalmente no que se referia à obrigatoriedade do economista comparecer ao Regional em que se encontra registrado.

Com uma comissão reunida em Brasília discutindo as principais dificuldades surgidas, o COFECON trabalhou para enfrentar os problemas, gerando as soluções apresentadas na Resolução 1.825/10.

Como primeira medida, a campanha foi prorrogada até o dia 31 de agosto, sem custo para os economistas – o que, num primeiro momento, desafogou os Regionais que estavam sobrecarregados. A prorrogação beneficia a todos e é particularmente importante para os economistas que moram mais longe de algum CORECON ou delegacias regionais e, por razões de agenda, não puderam efetuar o recadastramento. A ampliação do prazo possibilita mais tempo para programar a participação na campanha.

Outra importante decisão, que facilita o processo, foi a de permitir que os economistas efetuem o recadastramento no CORECON ou delegacia mais perto de casa, mesmo não sendo o Regional em que se encontra o registro. O procedimento é o mesmo: o economista leva o formulário preenchido e a foto 3x4, os dados biométricos são coletados normalmente e o formulário é enviado ao CORECON de origem acompanhado de uma certidão de encaminhamento.

Primeiras carteiras já foram entregues

Na última Sessão Plenária do COFECON, realizada em 25 e 26 de março, o conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva informou que o primeiro lote de carteiras impressas seria entregue nos próximos dias – o que aconteceu no início de abril quando 100 carteiras foram entregue ao CORECON-DF. Mas Leonardo também apontou problemas surgidos na campanha: "Existem ainda algumas questões que precisamos resolver, a maioria de maneira administrativa", afirmou o conselheiro.

Devido à grande demanda neste primeiro momento, ainda não é possível precisar um prazo para a entrega das novas carteiras aos demais CORECONs. As carteiras são produzidas na medida em que os Regionais encaminham os formulários à fábrica - enviados em lotes com até 50.

CORECONs já entregaram leite

Cada CORECON escolheu uma instituição (ou mais) à qual seria doado o leite arrecadado na campanha de recadastramento. Diversos Regionais já efetuaram suas doações. Desta forma os economistas cumprem importante função social, contribuindo para melhorar a vida de muitas pessoas – o que é um objetivo de muitos economistas, não só no setor público como também no privado.

Segurança

s novas carteiras lançadas com a campanha de recadastramento serão fabricadas em cartão e contêm dispositivos contra falsificação, garantindo a segurança das mesmas. Além disso, conterão outras informações relevantes, como o tipo sanguíneo e a escolha pela doação ou não de órgãos. A foto, a assinatura e a impressão digital também estarão presentes no documento.

COFECON esclarece as principais dúvidas sobre o processo de recadastramento

1. Caso um profissional tenha recebido a correspondência do COFECON sobre a nova carteira, mas perdeu, extraviou ou não recebeu o formulário?

R.: O profissional deverá comparecer ao Regional munido de uma fotografia 3 x 4, com fundo branco, e solicitar a segunda via do formulário, para a posterior solicitação da nova carteira profissional.

2. Gostaria de saber se depois do formulário preenchido e assinado devo encaminhar para qual endereço?

R.: O formulário somente deve ser assinado na presença de um funcionário do CORECON ou Delegacia Regional, o qual irá conferir o preenchimento do documento, fazer a coleta da digital e da foto para depois encaminhar à empresa que irá confeccionar a carteira.

3. Tenho registro em um Estado, porém resido em outro, como devo proceder?

R.: O profissional deverá comparecer ao CORECON ou Delegacia Regional mais próximo da sua residência para que o Regional faça a conferencia dos dados bem como coleta dos dados biométricos para posterior envio do formulário ao CORECON de origem. Não se aplica esse procedimento para os casos de alteração do domicílio, pois nos casos de nova residência definitiva, este profissional deverá efetuar a transferência do registro.

4. Em caso do registro de origem seja em outro Estado, a lata de leite em pó pode ser entregue no Regional que receber o formulário?

R.: Sim. Não há necessidade de encaminhar a lata de leite em pó para seu Regional de origem.

5. É necessária a presença para realização do recadastramento?

R.: Sim. O profissional deverá estar pessoalmente no Conselho Regional ou Delegacia Regional, pois não se trata somente de recadastramento, mas sim da verificação dos dados corretos (assinatura e digital) para confecção da nova carteira.

6. O recadastramento é obrigatório?

R.: Não. Caso não haja interesse em participar da Campanha Nacional de Recadastramento, o profissional poderá continuar utilizando a carteira de identidade profissional que já possui. Contudo, vencido o prazo de recadastramento a eventual emissão de nova carteira implicará na cobrança de taxas e conseqüente desobrigação de doação da lata de leite em pó.

7. O prazo para a entrega da documentação será prorrogado?

R.: Sim. O prazo foi prorrogado até o dia 31/08/2010.

8. Quando fazemos a validação é necessário imprimir novamente o formulário?

R.: Não. Somente é necessária a impressão de um novo formulário caso haja erros durante a coleta dos dados biométricos (assinatura e digital).

9. Os lotes com as solicitações deverão ser encaminhadas ao COFECON ou a empresa?

R.: Os lotes deverão ser encaminhados diretamente para a empresa contratada para emissão das carteiras profissionais.

10. Se o profissional perder a nova carteira dentro do prazo da campanha de recadastramento, ele poderá solicitar a emissão de outra?

R.: Sim. Não haverá mais necessidade de ser feita coleta de dados biométricos e nem a presença física do profissional, pois esses já estarão disponíveis no sistema unificado. No entanto, o mesmo deverá recolher a taxa de emissão da carteira, não aplicando o principio da gratuidade e a doação da lata de leite em pó, instituído apenas no processo de implantação de substituição das carteiras. O COFECON encaminhará expediente contendo todas as instruções necessárias.

Capital da Esperança

Ouro. Diamantina. Brasília. Prestando atenção nestes três tópicos, a princípio, um não teria relação com os demais. Mas aprofundando na história do Brasil, ligando os fatos, percebe-se que as duas cidades e o metal valioso estão interligados.

Há cinquenta anos, exatamente no dia 21 de abril, Brasília foi inaugurada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Ou seja, a capital federal completou bodas de ouro.

O ouro remete à riqueza, àquele ciclo vivido pelo Brasil durante anos. E como deixar de citar Diamantina? A cidade fez parte do chamado "ciclo de ouro", período do século XVIII responsável pelo desenvolvimento de regiões do interior em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina, cidade central de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Entrou para a política em 1934, sendo eleito presidente da república em 1955. A construção da nova capital federal, Brasília, foi a grande realização de JK na presidência. E todo esse processo é relembrado pela filha, Maria Estela Kubitschek Lopes, com nostalgia.

"Lembro-me como se fosse ontem a epopeia da construção de Brasília. Sempre íamos, Márcia e eu, com nosso pai Juscelino Kubitschek visitar as obras, e isto aconteceu desde o ano de 1957. O que tenho guardado na memória e que mais me emociona, era a expressão de felicidade na fisionomia de meu pai, ao visitar as obras, conversar com os candangos e pioneiros, gerenciar a execução, tão bem dirigida pela eficiência de Israel Pinheiro, olhar os lindos projetos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Nossa família seguiu o tempo todo a gestação de nossa capital e a considero minha irmã caçula", afirma Maria Estela.

Apesar de apresentar os problemas comuns às grandes metrópoles, a capital federal comemora bodas de ouro com ares de modernidade e como referência da arquitetura brasileira e mundial

De acordo com ela, para a família Kubitschek, Brasília representa o orgulho de ter JK como o fundador da nova capital e também ser o bandeirante do século XX, que conquistou para o Brasil definitivamente um território maior que a Europa.

Sobre a construção, Maria Estela diz que a capital federal é símbolo da modernidade, a começar pelo plano piloto de Lúcio Costa, criando uma cidade urbanisticamente diferente das outras capitais mundiais e pelos maravilhosos e marcantes projetos arquitetônicos do gênio Oscar Niemeyer.

Segundo Maria Estela, a modernidade que Brasília representa é ainda maior do que sua beleza, é o símbolo de uma nova Nação, de um começo que projetou o Brasil como um dos mais importantes países do mundo. "Hoje somos os maiores exportadores do mundo de soja, de gado, de frangos, para citar apenas algumas conquistas que só foram possíveis com existência de Brasília. É a única cidade moderna do Mundo considerada *Patrimônio da Humanidade*. Precisamos, como festejo principal deste cinquentenário, valorizar a população de Brasília, os candangos e pioneiros", disse.

Ela espera que todos trabalhem para continuar a conquista feita há 50 anos com a inauguração de Brasília, "não nos esquecendo nunca que ela é a Capital da Esperança, mas que a conquista tem que ser constante para que a esperança não desapareça", ressalta.

Assim como revela a filha de JK, em sua percepção e intensa relação com a capital federal, os dias atuais também apontam que Brasília já não é, nem de longe, aquele emaranhado de ferro e

concreto, assentado no planalto central e emoldurado por traços singelos e modernos do maior paisagista brasileiro, como pode ter sido considerada no passado por alguns poucos. A cidade possui representação e significado abrangentes; sua importância vai do social ao político, passando pelo ecológico, pelo urbano, pelo cultural e, por que não dizer, pela brasilidade – característica tão evidente em sua gente e em seu nome.

Centro do poder e eixo fundamental no circuito nacional de geração de riquezas, Brasília concentra uma imensa diversidade de crenças, valores e hábitos que, por si só, respondem por uma cultura local que retrata com precisão o perfil do povo brasileiro. Gente que veio do Nordeste, do Sul, do Norte e do Sudeste, somados a um contingente de estrangeiros e filhos da terra, encontraram na cidade "filha" de JK o lugar ideal para trabalhar, sonhar, prosperar e viver. Mas, como se sabe, nem tudo são flores para estes amantes de uma metrópole em contínua expansão.

Apesar de haver motivos de sobra para comemorar seu 50º aniversário, Brasília está longe de ser um paraíso. Maculada por inúmeros escândalos políticos e financeiros, os problemas que a cidade enfrenta também estão associados à sua composição e gestão urbana. O engenheiro arquiteto Alexandre Guimarães entende que as cidades satélites, por exemplo, em sua localização, constituem um desafio a ser vencido pela administração pública da capital brasileira.

"Urbanisticamente, como Arão Reis em Belo Horizonte – cidade planejada nas décadas de 1880 e 1890 – que se esqueceu dos operários que a construíram, e estes saíram do plano diretor e foram ocupar a 'Lagoinha' de uma maneira desordenada, Brasília incorre no mesmo

Ewerton Martins

erro. As cidades satélites sofrem hoje com tal exclusão e, querendo ou não, são Brasília também. Politicamente, a estrutura segmentada (bairro dos militares, bairro dos políticos, bairro dos embaixadores, etc.) deixou uma semente ruim, com um viés que há sim uma marcada diferença entre as pessoas", explica Guimarães.

Com mais de 20 anos de profissão e atuação no mercado, Guimarães também destaca que, se a capital da federação apresenta problemas típicos da dita Era Moderna, ela também atrai e provoca encantamento por sua beleza arquitetônica inigualável. Para ele, impressiona o fato de que, cinquenta anos após a sua inauguração, o conjunto de obras que compõe a arquitetura de Brasília continua moderno, servindo de fonte de inspiração para outras obras e projetos arquitetônicos. Mas, na visão do arquiteto, compreender essa perspectiva não é tarefa das mais difíceis.

Por isso ele afirma que "o Projeto de Brasília rompeu com a arquitetura que se vinha fazendo no Brasil e, na mão de Oscar Niemeyer, principal articulador da arquitetura moderna brasileira, colocou o país definitivamente no rumo do modernismo. Este estilo, que já dominava o cenário internacional, ganhou *locus* em Brasília para explodir, como nunca, no mundo e no Planalto Central Brasileiro. O acervo de obras modernistas que convivem juntas em Brasília é inigualável em qualquer lugar do mundo".

Para Joel Campolina, arquiteto com 30 anos de experiência, "a arquitetura oficial de Brasília representou um marco diferencial para sua época, ao maximizar o potencial de uso do concreto e aço em termos de forma e estrutura, na interpretação de Oscar Niemeyer". Ele entende que, embora hoje obsoleto, o conceito do plano urbanístico de Brasília materializou, na interpretação do arquiteto Lúcio Costa, os princípios da Carta de Atenas, válidos na época e, por isso, continua a atrair o interesse das velhas e novas gerações. "É o que acontece

com tantos outros exemplos de edificações igualmente diferenciais, construídos em outras épocas da história da humanidade, como o Coliseu de Roma (anos 80 a.C.), ou na nossa própria história recente como o prédio do Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo, da Arquiteta Lina Bo Bardi (1965) e o Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, do arquiteto Affonso Eduardo Reidy (1953)", complementa.

Além de Lúcio Costa, Campolina reforça o papel marcante e decisivo que Oscar Niemeyer teve na concepção e realização da arquitetura brasiliense. Para ele a contribuição do paisagista carioca para a arquitetura contemporânea já havia sido, de fato, iniciada antes da construção de Brasília. "Pampulha (1943) foi o primeiro grande marco revelador do diferencial do 'mestre', que ousou inovar no trato da forma e da estrutura. A igrejinha da Pampulha, a Casa do Baile e o antigo Cassino são as obras mais marcantes, onde Niemeyer soube explorar com maestria as curvas no concreto armado, respaldado pelo espírito privilegiado de Juscelino Kubitschek".

A verdade é que as obras que compõem o conjunto arquitetônico da capital brasileira, tais como a Ponte JK, a Praça dos Três Poderes, o Palácio do Planalto, a Catedral de Brasília e o Memorial JK, exercem um profundo fascínio nas pessoas, sejam turistas ou residentes, profissionais de arquitetura ou leigos. E, mesmo que os problemas de ordem urbana, política ou social se contraponham à tamanha beleza e exuberância do traço limpo, forte e marcante do paisagista que deu vida ao sonho de Kubitschek, ainda assim, Brasília há de continuar sendo uma das mais belas e admiradas capitais do mundo, com idade e cara de caçula. Por isso, vale à pena homenagear nossa capital, render agradecimentos ao seu fundador e a seus colaboradores, e desejar que outros tantos cinquentenários sejam merecidos pela cidade dos candangos. Viva Brasília!

Brasília de JK... JK de Brasília

JK era um homem que sempre teve como projeto de vida trabalhar para melhorar as condições de vida de nosso povo. De família humilde, pôde sentir as dificuldades que sua mãe enfrentou para educar dois filhos, viúva e com um pequeno salário. Para estudar medicina, trabalhou duramente como funcionário dos telégrafos, passando dias e noites em claro para conciliar estudo e trabalho. Formou-se médico, pois esta sempre foi a sua vocação. Mesmo depois de largar a Medicina para entrar na vida pública, nunca deixou de praticar sua profissão. Para ele, o paciente mais importante era o próprio Brasil e foi com este sentimento que governou Belo Horizonte, Minas Gerais e o Brasil. Como bom estudante, amante da cultura e do conhecimento, sempre planejou seus governos e foi com o Plano de Metas que conseguiu fazer o Brasil crescer "50 anos em 5". Brasília, "Meta Síntese" de seu governo, só foi possível porque ele planejou e estruturou o Brasil para sua construção e para a mudança da Capital. Ele tinha certeza do que Brasília representaria para o Brasil. Embora como Presidente estivesse ocupado com os problemas sérios que tinha para resolver e as metas que desejava cumprir nos prazos definidos por ele, nunca deixou a família de lado. Além de pai carinhoso foi o amigo de todas as horas, parceiro em tudo o que fazíamos. Procurou fazer com que conhecêssemos o Brasil e nos levava sempre quando possível em suas viagens. Vimos o interior, o nosso povo, a beleza e a diversidade do Brasil.

JK e o desenvolvimento econômico do Brasil

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Economista, presidente da revista MercadoComum; da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais e do IBEF-MG-Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais. Autor do livro JK – Cinquenta anos de Progresso em cinco anos de Governo!

"Reivindico para mim a inclusão da palavra desenvolvimento no vocabulário político brasileiro, porque antes ninguém percebia o conteúdo dessa palavra – era só ordem progresso".

(Juscelino Kubitscheck)

Durante os cinco anos de governo do presidente Juscelino Kubitschek (janeiro de 1956 a janeiro de 1960), de acordo com o IPEAData – órgão ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o PIB – Produto Interno Bruto brasileiro cresceu, no acumulado, 47,5%, o que corresponde a uma média ponderada anual de 8,1%.

A Agricultura contabilizou um resultado positivo de 20,3%, a Indústria, 61,0% e o Setor de Serviços, 37,5%. Trata-se, mesmo para os tempos atuais, de um desempenho espetacular, apenas comparável ao crescimento registrado na China e em alguns outros poucos países. Para se ter uma idéia do que isso significa, bastam dois únicos exemplos.

Nos oito anos de governo FHC, o PIB brasileiro cresceu no acumulado, 20,0% - o que resulta uma média anual de apenas 2,3%. E pior, equivale a apenas 62% do crescimento mundial registrado para esse mesmo período. Em outras palavras, pode-se afirmar que, nesse período, o Brasil experimentou um crescimento à rabo de cavalo, do tipo para trás e para baixo.

Já durante estes últimos sete anos de governo Lula, o crescimento da economia brasileira ficou em 27,6%% no acumulado, correspondendo a 3,6% de média anual. No mesmo período, o PIB mundial cresceu no acumulado 27,9%, equivalendo também a uma média anual de 3,6%. Portanto, basicamente o Brasil manteve-se alinhado e no mesmo ritmo experimentado pela economia mundial. Em outras palavras, equivale a dizer que corremos para ficar no mesmo lugar.

Ano	Brasil	Mundo
1956	2,9	4,7
1957	7,7	3,8
1958	10,8	3,2
1959	9,8	4,7
1960	9,4	5,2
Acumulado	**47,5**	**23,5**
Média	**8,1**	**4,3**

Taxas anuais de crescimento do PIB (em %).
Fonte: Brasil: IPEAData – Mundo: The World Economy 1950-2001 – Historical Statistics/Maddison (2003)

Ano	Indústria	Serviços	Agricultura
1956	6,90	4,66	-2,39
1957	5,70	8,97	9,31
1958	16,19	5,41	2,02
1959	11,87	1,20	5,31
1960	9,60	13,01	4,91
Acumulado no período	**60,97**	**37,49**	**20,26**

Brasil: taxas anuais de variação do PIB setorial (em %).
Fonte: Conjuntura Econômica – FGV.

A constatação mais extraordinária que se pode fazer, após a apresentação das estatísticas anteriores, é que no governo JK na presidência da República a economia brasileira (PIB) cresceu mais do dobro da média mundial, no mesmo período. Até os dias atuais e em toda a era republicana, apenas três presidentes superam o excepcional desempenho obtido durante o mandato JK: Médici, Epitácio Pessoa e Dutra. E, a partir dos anos 1950, o governo democrático de JK, em termos de desempenho econômico positivo, só é superado pelo de Médici, uma ditadura militar.

Atualizando o nosso calendário econômico para os anos 2000, verificamos que o crescimento econômico brasileiro pode até mesmo se situar na média mundial, mas quando se compara os seus resultados à dos países considerados emergentes ou aos do BRIC, categorias das quais fazemos parte, o nosso desempenho pode ser considerado medíocre.

O desenvolvimento experimentado pelo Brasil durante o governo JK precisa ser lembrado como um exemplo a ser continuado e buscado de forma permanente por todos nós.

Juscelino era um desenvolvimentista por convicção. Utilizou 71 vezes a expressão "desenvolvimento" no documento intitulado "Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento", que serviu de arcabouço para seu pro-

Categoria	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mundo	4,8	2,3	2,9	3,6	4,9	4,5	5,1	5,2	3,2	-0,8
Países Desenvolvidos	3,7	1,3	1,4	1,8	3,0	2,4	2,8	2,5	0,5	-3,3
EUA	3,7	0,8	1,6	2,5	3,6	2,9	2,8	2,1	0,4	-2,4
Zona do Euro	3,9	1,9	0,9	0,8	2,2	1,7	2,9	2,7	0,7	-4,0
Países Emergentes	6,1	3,6	4,8	5,9	7,4	6,9	7,6	7,7	5,6	2,0
Rússia	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	6,4	7,7	8,1	5,6	-7,9
Índia	5,7	3,9	4,6	6,9	7,9	9,2	9,8	9,4	7,3	6,8
China	8,4	8,3	9,1	10,0	10,1	10,4	11,6	13,0	9,0	8,7
Brasil	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,2

Evolução do PIB Real mundial e de países selecionados (em %).
Fonte: FMI - Fundo Monetário Internacional.

grama de governo que, posteriormente, também embasou o "Plano de Metas", considerado o maior instrumento de planejamento de toda a história do país. Antes dele, nenhum governante havia usado e abusado tanto do termo "desenvolvimento" para definir os rumos que queria para o Brasil.

Em "Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento" se encontra a grande maioria dos elementos estabelecidos no "Plano de Metas". Portanto, o desenvolvimento pretendido por JK não se tratava de mera intuição. Era um processo contínuo e já amadurecido, enriquecido pelas experiências anteriores vivenciadas à frente do governo mineiro, tendo como pano de fundo uma moldura de um planejamento eminentemente científico e bastante moderno para os padrões da época.

Como médico, JK dominava muito bem a dinâmica da realização de diagnósticos. Em plena campanha eleitoral, em 1955, ele já anunciava: "Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude".

A percepção de JK sobre o papel a ser exercido pelo setor público na economia pode ser tida como notável para a sua época e serve ainda de inspiração para os dias presentes: "De nenhuma maneira o desenvolvimento econômico será unicamente o resultado de combinações espontâneas das forças econômicas. É preciso conjugar-se nele a iniciativa privada com uma firme política estatal, com um tipo de intervenção que se determine a promover o desenvolvimento, criando condições que orientem e estimulem, em vários sentidos, a ação do empresário, sem regular de forma alguma suas decisões individuais. Para o fazer, o Estado apelará para os instrumentos da política monetária, cambial, fiscal e alfandegária, e para os próprios investimentos básicos".

De 1980 a 1995, o Brasil enfrentou uma inflação voraz, que alcançou uma absurda variação a superar os 20 quatrilhões por cento. Com a implantação do Plano Real durante o governo do presidente Itamar Franco (aliás, é o único governo, nestes últimos 30 anos, em que a taxa de crescimento do PIB brasileiro em relação à média mundial chega próxima ao período JK), a inflação volta a níveis civilizados.

No entanto, a partir daí, o país enfrenta um grande dilema: não mais consegue se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consentâneo com o seu tempo e com a sua categoria de país emergente. Ao contrário, passa a registrar taxas inferiores às verificadas na média mundial.

Hoje, na verdade, o Brasil continua padecendo do mesmo problema de antes do governo JK: o raquitismo do nosso crescimento econômico, principalmente diante das nossas enormes riquezas e variadas potencialidades.

Encontramos em JK várias e muitas lições de como enfrentar e superar esse desafio do baixo crescimento econômico, agora mais visível diante da crise financeira internacional.

Creio não será nenhum ufanismo, saudosismo ou redundância afirmar que o Brasil procura e precisa de um outro JK. Esse encontro pode estar próximo de ocorrer, com as eleições presidenciais que já se avizinham. Só depende de nós mesmos!

Programa de Trabalho

A Gestão 2010 do Conselho Federal de Economia - COFECON traçou uma série de estratégias a serem implementadas e geridas durante o presente exercício com o objetivo ampliar o seu Programa de Trabalho e proporcionar a consecução plena de seus objetivos institucionais. No presente Programa de Trabalho, além da revisão da legislação profissional da categoria, busca-se um trabalho intenso em prol da valorização profissional do Economista.

Em síntese, o programa será desenvolvido pelas Comissões de Trabalho do Conselho Federal de Economia, que têm como propósito principal o cumprimento das seguintes metas: (1) revisão da Legislação Profissional do Economista; (2) inserção do Conselho Federal de Economia nos debates sobre os grandes temas Econômicos nacionais e internacionais; (3) introdução da Disciplina Educação Econômico-Financeira no Ensino Médio; (4) coordenação das relações entre os Conselhos Regionais, instituições de ensino de economia e entidades da área (ANGE e ANPEC); (5) acompanhamento das condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional; (6) instituição de Despachos Executivos no Sistema COFECON / CORECONs.

Revisão da Legislação Profissional do Economista

Revisão e atualização da Consolidação da Legislação da Profissão do Economista, assim como a rediscussão do PLS nº 658/2007, em tramitação no Congresso Nacional.

Inserção do Conselho Federal de Economia nos debates sobre os grandes temas Econômicos nacionais e internacionais

Por meio de trabalho intenso em prol da valorização profissional do Economista, assim como com os subsídios das Comissões de Política Econômica e Comunicação Social, pretende-se resgatar o papel do COFECON como referência no debate dos grandes temas econômicos nacionais e internacionais.

Os Economistas e suas entidades representativas têm uma rica contribuição a oferecer à sociedade, seja por meio de encontros entre economistas de diferentes tendências para discutir os projetos prioritários para o país, seja através de debates entre os formuladores dos planos de governo dos presidenciáveis ou mesmo por propostas formuladas pela própria entidade dos Economistas.

O Conselho Federal de Economia deve comprometer-se com os interesses da sociedade em termos de elevação do padrão de vida da população, primando por uma educação ampla e com melhor qualidade, como também da universalização da saúde e do saneamento básico. O COFECON deve empenhar-se também para que o governo tenha um maior controle sobre os seus gastos, melhorando a qualidade da população de forma a reverter maior soma para os investimentos produtivos, tão necessários numa fase de crescimento e desenvolvimento econômicos.

Introdução a Disciplina Educação Econômico-Financeira no Ensino Médio:

Um tema de grande interesse para a categoria, que a Comissão de Educação acompanhará, é a disseminação entre todos os CORECONs do Projeto de Lei (em fase final para aprovação na Assembléia Legislativa de São Paulo) que institui a disciplina de educação financeira no ensino médio.

A iniciativa de introdução da disciplina de educação financeira, que pretende levar o funcionamento deste aspecto da sociedade à sala de aula, acontece num momento oportuno. Na medida em que um país atinge um nível considerável de riqueza, se faz necessária uma mudança de cultura no sentido de orientar a população (especialmente as classes menos esclarecidas) para utilizar bem essa renda.

COFECON apresenta algumas de suas estratégias básicas traçadas para o execício de 2010 e 2011

Posse da diretoria do COFECON - Gestão 2010: Carlos Fino, Secretário de Imprensa da Embaixada de Portugal; Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, Vice-presidente do COFECON; Waldir Pereira Gomes, Presidente do COFECON; e Ermer Tadeu Zapelini, Presidente Interino do COFECON (antes da realização das eleições)

O hábito dos Brasileiros de efetuar compras parceladas, o que gera pagamento de juros com taxas elevadas, pesa muito para os consumidores em geral, principalmente os de baixa renda. A mudança desse hábito começa pela educação.

Não resta dúvida de que a educação tem uma importância decisiva no processo de desenvolvimento de um país e na qualificação de sua mão-de-obra. Superada a fase em que o principal objetivo era o aumento do número de vagas no ensino fundamental, médio e superior (década de 70), temos que partir agora (já com algum atraso) para a qualificação profissional, fase em que as entidades representativas dos Economistas, desenvolvendo projetos em parceria com as instituições de ensino, terão um papel fundamental.

Quanto à educação, reite-re-se que a categoria dos economistas tem um papel fundamental a exercer, que não se restringe somente às questões econômico-financeiras. Vários economistas são referências na área de educação, e referências internacionais, o que viabiliza a possibilidade de contribuir para aferir a qualidade em si, mudando um pouco a linha observada, onde todos têm acesso à escola, mas é reconhecida a falta de qualidade do ensino.

Instituição de Despachos Executivos no Sistema COFECON/CORECONs:

Esta gestão destaca o projeto inovador da implantação dos "Despachos Executivos", com o objetivo de permitir uma maior aproximação das administrações dos presidentes dos Conselhos Regionais com o COFECON, tornando-as mais eficientes e produtivas.

XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

COFECON reconhece a importância do SINCE e o coloca novamente em seu calendário de eventos

Em setembro de 2010 será realizado em Brasília o XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCE. Trata-se de um evento da categoria dos economistas, interno do Sistema COFECON / CORECONs, realizado bienalmente, voltado para a discussão de problemas e questões da legislação, normativos, regimentais, operacionais, administrativos e de gestão do Sistema.

Seu temário envolve a atuação dos conselhos e a economia brasileira, compreendendo o debate sobre a atuação dos economistas, a sua formação e reciclagem profissional assim como a estrutura e conjuntura econômica, política e social do país. A participação dos economistas no SINCE se dá mediante delegação dos Conselhos Regionais. Cada conselho tem o direito a quatro delegados conselheiros e a indicar um número de delegados proporcional à quantidade de economistas registrados (um delegado para cada 700 economistas registrados), podendo ser eleitos em assembléias qualquer economista registrado e em dia com a anuidade. Participam também como delegados os conselheiros efetivos e suplentes do COFECON.

Este XXIII SINCE tem uma enorme importância, pois deverá ser um decisivo instrumento de superação da crise que o Sistema COFECON/CORECONs viveu nos quatro últimos anos. Talvez o maior sintoma desta crise tenha sido justamente o cancelamento, pela ex-direção do COFECON, do SINCE que estava previsto para ser realizado em Brasília em 2008, impedindo dessa forma que a categoria, democraticamente representada por seus delegados, pudesse avaliar e corrigir as distorções perpetradas em nosso Sistema. Restabelecer, portanto, o espaço democrático de debate no âmbito do Sistema é abrir caminho para a superação dos problemas que afligem a categoria dos economistas.

Comissões do Conselho Federal de Economia - 2010

COMISSÕES	COMPETÊNCIAS	PARTICIPANTES
Comissão de Tomada de Contas	Examinar e acompanhar as demonstrações de receita e despesa do COFECON, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; emitir pareceres conclusivos sobre a prestação de contas e os balancetes trimestrais do Sistema COFECON-CORECON's; exercer o papel de controle interno do Sistema.	Efetivos: Presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Alberto Gandolfo, Marcelo Pereira de Mendonça. Suplentes: Paulo Roberto Lucho, Antonio Alberto Machado Pires Valença, Fabíola Andréa Leite de Paula Interface no COFECON: Antonio Tolentino E-mails: antonio.tolentino@cofecon.org.br
Comissão de Licitação	Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal nº 8.666/93.	Presidente: Júlio Flávio Gameiro Miragaya Efetivos: Valéria Moraes de Souza, Rejane Patrícia F. de Souza, Lucas Moreno Bertani, Aline Tales Ferreira Sette Suplentes: José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho Interface no COFECON: Valéria Moraes de Souza E-mail: valeria.moraes@cofecon.org.br
Comissão de Planejamento Estratégico e Gestão	Subsidiar e fornecer dados e elementos necessários para a tomada de decisões da diretoria do COFECON, com vistas à elaboração e implementação do planejamento estratégico.	Coordenador: Paulo Roberto Lucho, Jin Whan Oh; Carlos Roberto de Castro, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Brasil Correa de Mello, Fernando da Silva Ramos Filho, Marcos Antonio Moreira Calheiros Interface no COFECON: Evilázio Alves Júnior E-mail: evilazio.alves@cofecon.org.br
Comissão de Análise de Política Econômica	Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas.	Coordenador: Osmar Gonçalves Sepúlveda, João Paulo de A. Magalhães, Reinaldo Gonçalves, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, Carlos Sidnei Coutinho, Dércio Garcia Munhoz; Heron Carlos Esvael do Carmo, Antonio Melki Jr., Virgílio Pacheco de Araújo Neto Interface no COFECON: Celia Regina da Silva E-mail: celia.regina@cofecon.org.br
Comissão de Valorização Profissional	Pesquisar junto aos CORECONs, Economistas e a legislação existente, alternativas regionais e/ou nacionais de valorização da profissão. Propor projetos operacionais e de conscientização, a partir das sugestões coletadas, visando criar, ampliar e consolidar atribuições próprias do Profissional Economista.	Coordenador: Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro, Antônio Alberto Machado Pires Valença, Fernando Silva Ramos Filho, José Luiz Amaral Machado Interface no COFECON: Celia Regina da Silva E-mail:celia.regina@cofecon.org.br
Comissão de Educação	Promover mecanismos que estreitem a relação do COFECON com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio; articular e participar, juntamente com outras entidades, da implementação das diretrizes curriculares do curso de economia no país.	Coordenador: Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, Heron Carlos Esvael do Carmo; Kanitar A. Saboia Cordeiro, Humberto Vendelino Richter, Ario Zimmermann, Antônio Alberto Machado Pires Valença, Antônio Agenor Denardi, Ermes Tadeu Zapelini, Newton F. da Silva Marques Interface no COFECON: Jane Lopes da Silva E-mail: jane.silva@cofecon.org.br
Prêmio Brasil e Personalidade Econômica do Ano	Organizar e coordenar os Prêmios Brasil de Economia e Personalidade Econômica do Ano.	Coordenador: Cândido Luiz de Lima Fernandes, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Osmar Gonçalves Sepúlveda, Wilson Benício Siqueira Interface no COFECON: Isabela Pimentel e Valéria Moraes de Souza E-mail: Isabela.ramos@cofecon.org.br e valeria.moraes@cofecon.org.br
Comissão de Revisão da Legislação Profissional	Revisar e atualizar a Consolidação da legislação da Profissão do Economista. Revisar e rediscutir o PLS 658/2007, em tramitação no Congresso Nacional.	Coordenador: Wellington Leonardo da Silva; Antonio Melki Jr., Carlos Roberto de Castro, Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso Gomes, Antonio Agenor Denardi, Paulo Brasil Correa de Mello Interface no COFECON: Flávio Aurélio Nogueira Jr. E-mail: flavio.junior@cofecon.org.br
Comissão de Normas e Procedimentos	Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema COFECON/CORECONs.	Coordenador: Paulo Dantas da Costa, Carlos Roberto de Castro, Wellington Leonardo da Silva, Nei Jorge Correia Cardim, Pedro Afonso Gomes, Paulo Brasil Correa de Mello, Antonio Melki Jr. Interface no COFECON: Lucas Moreno Bertani E-mail: Lucas.bertani@cofecon.org.br
Comissão de Fiscalização e Registro Profissional	Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade-fim de registro e fiscalização.	Coordenador: José Luiz Amaral Machado, Fernando da Silva Ramos Filho, Antonio Melki Jr., Maximo Porto Seleme, Aristóteles Galvão (RS) Interface no COFECON: Isabela Ramos Coelho Pimentel E-mail: Isabela.ramos@cofecon.org.br
Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE	Organizar e coordenar a realização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE, que se realizará nos dias 01 a 03 de setembro de 2010, na cidade de Brasília-DF.	Coordenador: Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, Paulo Brasil Correa de Mello, Osmar Gonçalves Sepúlveda, Fabíola Andréa Leite de Paula, Carlos Roberto de Castro Interface no COFECON: Jane Lopes da Silva E-mail: jane.silva@cofecon.org.br
Comissão de Comunicação	Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema COFECON/CORECONs e a Comunicação Interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados; revisar os mecanismos da página do COFECON na Internet; coordenar o Jornal e Revista do COFECON.	Coordenador: Wilson Benício Siqueira, Antonio Alberto Machado Pires Valença, Marcelo Pereira de Mendonça, Osmar Gonçalves Sepúlveda, Fabíola Andréa Leite de Paula, Carlos Roberto de Castro Interface no COFECON: Manoel José Castanho E-mail: manoel.castanho@cofecon.org.br
Despachos Executivos	Esta Comissão substitui a Comissão de Apoio aos CORECONs, sendo constituída pela Presidência e sua assessoria.	Presidente Waldir Pereira Gomes Vice-Presidente Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo Assessoria da Presidência Interface no COFECON: Aline Tales Ferreira Sette E-mail: aline.tales@cofecon.org.br

Finanças públicas crescimento econômico

Para falar de Finanças Públicas, Lei de Responsabilidade Fiscal, Sistema Tributário e sucessão presidencial no país, dentre outros assuntos importantes, a Opinião Econômica desta edição traz um entrevista com o economista Fabrício Augusto de Oliveira. Autor de diversos livros e artigos de economia, ele acaba de publicar "Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil", pela Editora Hucitec.

Mineiro de Divinópolis, Fabrício é mestre e doutor e Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo exercido os cargos de professor da UNICAMP, professor-adjunto na PUC-Minas e UFMG, e de subsecretário da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Atualmente, o economista é conselheiro do CORECON-MG, presta consultoria na área do setor público para organismos nacionais e internacionais e leciona na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

REVISTA ECONOMISTAS: Quais as grandes transformações que podem ser observadas nas finanças públicas brasileira do Governo FHC para o Governo Lula?

FABRÍCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA: Não é possível identificar mudanças importantes nas finanças públicas brasileiras no Governo Lula em relação à gestão FHC. Nenhuma reforma de profundidade foi realizada no sistema tributário e as diretrizes da política fiscal continuaram as mesmas: compromisso com a geração de elevados superávits primários e controle da relação dívida / PIB, mesmo tendo, para isso, que sacrificar políticas sociais e investimentos públicos essenciais para o desenvolvimento.

Apenas no segundo mandato, o Governo Lula ensaiou uma flexibilização da política fiscal, com a redução do superávit primário para acomodar investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP), mas este espaço acabou sendo ocupado pelo aumento dos gastos correntes, que engessaram ainda mais o orçamento, mesmo que, em boa parte, sejam medidas de natureza obrigatória.

A crise de 2008 agravou ainda mais a situação e trouxe de volta à cena também o risco fiscal, com a queda do superávit primário e a elevação da relação dívida / PIB num ano de eleições em que os gastos costumam correr mais "soltos" e quando não há espaços para novas reformas. Apenas o aumento do programa bolsa-família no orçamento pode ser incluído entre as conquistas do Governo Lula neste campo, mas é muito pequeno o espaço que este ocupa no orçamento.

RE: Por que o orçamento público não consegue solucionar, de forma satisfatória, as grandes carências sociais do país (educação, saúde, moradia, segurança)?

FAO: Apesar da elevada carga tributária (cerca de 35% do PIB em 2009), as políticas sociais continuam, de uma maneira geral, carentes de recursos e investimentos, especialmente as que não contam com algum dispositivo legal que lhes garanta algum espaço no orçamento, caso da habitação, saneamento, segurança, entre outras.

Mesmo áreas como as da saúde e educação, que são protegidas com a vinculação de receitas, terminam perdendo receitas por meio de instrumentos como o da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para garantir a produção de superávits primários considerados necessários para conter o crescimento da relação dívida / PIB.

Como os juros da dívida se tornaram uma despesa obrigatória, sagrada no orçamento neste processo, as despesas com as demais políticas tiveram de ser reduzidas para garantir seu pagamento, aí incluídos os investimentos públicos. Juntos, os

juros da dívida mais as despesas obrigatórias com pessoal e benefícios da previdência absorvem mais de 75% das receitas do orçamento federal, o que significa que não sobram muitos recursos para o governo ofertar satisfatoriamente políticas essenciais para a economia e a sociedade.

RE: É importante a permanência da Lei de Responsabilidade Fiscal no atual contexto político-econômico do Brasil? Por quê?

FAO: A Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser vista como importante instrumento para conter os descalabros orçamentários dos distintos níveis de governo que existiam antes de sua aprovação e para estabelecer o compromisso dos governantes com a disciplina fiscal, o que é vital para a estabilidade. Trata-se, por isso, de um bem público essencial para a economia e a sociedade.

Os grandes problemas da LRF decorrem, de um lado, do fato de suas regras continuarem praticamente restritas aos governos subnacionais - estados e municípios, deixando o governo federal fora de seu alcance; e, de outro, de permanecerem sem regulamentação pontos importantes de sua estrutura que poderiam garantir-lhe maior eficácia, como a que se refere, para ficar com um exemplo, à criação do Conselho de Gestão Fiscal, a quem caberia harmonizar, normatizar e discutir essas regras; além disso, peca por estabelecer regras padronizadas para entes federativos marcados por uma considerável heterogeneidade.

Por isso, sem o enquadramento do governo federal e com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) fazendo as vezes do Conselho de Gestão Fiscal, a LRF perde eficácia, ao deixar livre o caminho para o Executivo atuar sem limites, enquanto amarra as políticas dos governos subnacionais com regras rígidas e uniformes para estados e municípios que apresentam realidades distintas. Reformas nessa direção são fundamentais para seu aprimoramento.

RE: O que os programas dos candidatos à presidência devem conter para impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro?

FAO: Atenção ao setor produtivo e à indústria é algo que não pode faltar no programa dos candidatos à presidência realmente preocupados com o desenvolvimento econômico. Já há algum bom tempo o país tornou-se prisioneiro do capital financeiro, transferindo-lhe parte substancial da riqueza produzida, mas este não é uma fonte importante de geração de empregos e de desenvolvimento.

Mudar essa equação é fundamental. Para isso, é necessário construir um câmbio competitivo, equilibrar melhor a taxa de juros, rever a tributação sobre a produção e os investimentos e investir em infraestrutura econômica básica para reduzir o Custo Brasil. Não é política de difícil implementação. Necessita-se apenas de mudar prioridades e abrir caminhos para os investimentos privados e públicos e para o fortalecimento do mercado interno para que o crescimento se dê de forma mais sustentada. Se continuar trilhando o caminho imposto pelo capital financeiro, o país pode dar adeus, por mais um bom tempo, ao desenvolvimento.

RE: O Brasil é realmente a "bola da vez"?

FAO: Não há dúvidas de que o Brasil melhorou consideravelmente suas condições desde a década de 1990. A vulnerabilidade externa – verdadeira trava do crescimento - foi atenuada, a estabilidade monetária tem sido mantida desde 1994, o risco fiscal diminuiu de forma importante e o país dispõe, hoje, de expressivas reservas externas. O desempenho do país na crise de 2008/2009 representa uma prova de que vivemos outro momento, longe dos cenários de instabilidade que marcaram as décadas de 1980 e 1990.

Apesar disso, parece exagerado colocar o Brasil como a "bola da vez" para se transformar numa potência econômica, como vem apostando muitos economistas e parte da imprensa internacional. Se o pré-sal abre boas perspectivas para isso no futuro, ainda é longo o caminho a percorrer para sanar muitas deficiências e problemas estruturais da economia brasileira: a precária infraestrutura econômica, o manicômio tributário, o elevado endividamento público, os desequilíbrios externos, as acentuadas desigualdades interregionais e pessoais e por aí afora.

A superação de muitas dessas questões exige reformas que foram abandonadas nos últimos anos. Retomá-las é essencial para descortinar novos horizontes para que essa possibilidade possa começar a se tornar realidade.

Economista, professor e escritor, Fabrício Augusto de Oliveira

Ponto de Vista

Vencer desafios e transformar a realidade

Aceitei a indicação do meu nome como candidato a presidente consciente da responsabilidade e do desafio que representava assumir neste momento a direção do Conselho Federal de Economia. Inicialmente, cabe-me agradecer o apoio dos colegas que, antes mesmo da definição do meu nome para a candidatura ao cargo de presidente, uniram-se em torno de uma proposta de trabalho de reestruturação do sistema COFECON / CORECONs.

Face aos novos desafios advindos das grandes transformações com que nos defrontamos, a proposta de trabalho que esboçamos é uma meta a ser perseguida, não apenas por uma administração, mas por todos os colegas economistas que integram o sistema, valorizam a profissão, e estão dispostos, de alguma forma, a contribuir para a modernização e para o engrandecimento das nossas instituições. Nossa proposta, além da preocupação com os princípios de austeridade e transparência, que devem nortear toda e qualquer administração, e da restauração do ordenamento jurídico e da legalidade do sistema, pretende-se resgatar os principais anseios manifestados pela nossa categoria.

Em seu discurso de posse, o presidente do COFECON fala de novos desafios a serem enfrentados e das ações que serão empreendidas pela atual gestão

Importante ressaltar que a proposta ora apresentada não é uma meta a ser atingida por apenas uma administração, mas por um grupo de colegas conselheiros que se dispõe a dar continuidade a esta tarefa. Entendemos que é fundamental fortalecer o sistema COFECON / CORECONs. Isto é primordial, pois, registrar, fiscalizar, prestar assistência aos profissionais economistas e à sociedade é a obrigação primeira do sistema COFECON / CORECONs. É a nossa principal tarefa.

Conclamamos não somente os colegas conselheiros federais, mas todos os integrantes do nosso sistema a participar deste processo, uma vez que pretendemos, em nome de todos os economistas do Brasil, exercer plenamente a presidência do COFECON. Vou me permitir agora traçar algumas linhas sobre este passado recente da nossa economia. O produto interno bruto do Brasil em 2009 apresentou uma variação de -0,2%, conforme dados recentemente divulgados pelo IBGE, ou seja, ficou praticamente estável. Em períodos de normalidade o resultado seria considerado desastroso, mas, para o pior ano da economia mundial desde a década de 30, o resultado pode ser considerado bom, embora demonstre também que a crise internacional atingiu o país de modo mais contundente do que era esperado pelas nossas autoridades econômicas.

As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) possibilitam algumas comparações relevantes entre a economia brasileira e a economia mundial. Para 2010 a previsão do FMI é de uma expansão maior do Brasil frente à economia mundial: em torno de 4,7% contra 3,9%. Contudo, para 2011 o Fundo aponta para um desempenho inferior da nossa economia: 3,7% ante 4,3% do resto do mundo. Para os países emergentes e em desenvolvimento as taxas projetadas do PIB são de 6,0% e 6,3%, respectivamente, puxadas principalmente pelas economias em desenvolvimento da Ásia, e aí incluídas as do Oriente Médio.

Podemos afirmar, sim, que o Brasil vai sair fortalecido da crise e por isso reduzir o seu hiato diante dos países mais avançados. Nesse sentido, podemos destacar a expansão tecnológica brasileira, verificada no meio do denominado milagre econômico, esteve sistematicamente associada ao lento progresso da expansão educacional. O progresso tecnológico claramente venceu a corrida contra o sistema educacional. A deparação da realidade brasileira com a experiência internacional confirma o fraco desempenho do nosso sistema educacional neste passado recente.

Assim, a melhor recomendação de política social é: um ensino de qualidade para todos. Por evidentes razões de cidadania e justiça social; mas, além disso, como pré-condição absolutamente necessária para um desenvolvimento sócio-econômico sustentado do Brasil. Senhores, não temos dúvida. O caminho será através da educação.

Waldir Pereira Gomes

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA

Conselho Regional de Economia – 15ª Região – MA
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº – Casa do Trabalhador – Sala 104 – Calhau
65.074-220 – São Luis – MA
(98) 3236-5376 / fax: (98) 3246-1784
Presidente: Dilma Ribeiro de Sousa
Vice-presidente: José Cursino Raposo Moreira
Secretária Executiva: Marlene Costa Luz
corecon-ma@cofecon.org.br
www.corecon-ma.org.br

Conselho Regional de Economia – 16ª Região – SE
Rua Duque de Caxias, 398 – São José
49.015-320 – Aracaju – SE
(79) 3214-1883 / 3214-0173 / fax: (79) 3211-7826
Presidente: José Carlos Oliveira de Souza
Vice-presidente: Hermany Machado Ferreira
Gerente Executiva: Artemisa Ribeiro Batista
corecon-se@cofecon.org.br
www.corecon-se.org.br

Conselho Regional de Economia – 17ª Região – ES
Rua Alberto de Oliveira Santos, 42 – sala 1904 – Centro
29.010-250 – Vitória – ES
(27) 3233-0618 / 3222-1985
Presidente: Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari
Vice-presidente: Gradiston Coelho da Silva
Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares
corecones@uol.com.br
www.corecones.com.br

Conselho Regional de Economia – 18ª Região – GO
Rua 86, nº 617 – Setor Sul
74.083-330 – Goiânia – GO
Tel / fax: (62) 3218-3311
Presidente: Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Vice-presidente: João de Alcântara Lopes
Gerente Executiva: Maria Paula Badra
corecon-go@cofecon.org.br
www.corecon-go.org.br

Conselho Regional de Economia – 19ª Região – RN
Rua Princesa Isabel, 815 – Cidade Alta
59.025-400 – Natal – RN
(84) 3201-1005 / fax: (84) 3201-1655
Presidente: Janduir Oliveira da Nóbrega
Vice-presidente: Airton Soares Costa
Gerente Executiva: Maria Maiza de Paiva Costa
corecon-rn@cofecon.org.br
www.corecon-rn.org.br

Conselho Regional de Economia – 20ª Região – MS
Rua Dr. Arthur Jorge, 2.437 – Monte Cristo
79.010-210 – Campo Grande – MS
(67) 3356-4796 / fax (67) 3356-7405
Presidente: Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas
Vice-presidente: Dílson Tadeu Auerswald
Gerente de Fiscalização: Andréia dos Santos Ferreira Silva
corecon-ms@cofecon.org.br
www.coreconms.org.br

Conselho Regional de Economia – 21ª Região – PB
Rua Duque de Caxias, 400 – Ed. 05 de Agosto – 8 º andar – Centro
58.010-821 – João Pessoa – PB
Tel / fax: (83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-presidente: Rafael Bernardino de Sousa
Gerente Executivo: Tahles Batista da Silva
corecon-pb@cofecon.org.br
www.corecon-pb.org.br

Conselho Regional de Economia – 22ª Região – PI
Rua Felix Pacheco, 1.680 – Centro
64.001-160 – Teresina – PI
(86) 3221-7337 / fax: (86) 3221-0169
Presidente: Francisco Celestino de Sousa
Vice-presidente: Francisco José de Sousa
Gerente Executiva: Maria do Espírito Santo Gonçalves de Oliveira Silva
corecon-pi@cofecon.org.br
www.corecon-pi.org.br

Conselho Regional de Economia – 23ª Região – AC
Av. Ceará, 3.210 – 1º piso – Alto da Convel Abraão Alab
69.907-000 – Rio Branco – AC
(68) 3227-3490
Presidente: Antonio Batista Brito
Vice-presidente: José Idalécio de Sousa Galvão
Secretária Executiva: Rogéria Laranjeira Machado
corecon-ac@cofecon.org.br
www.corecon-ac.org.br

Conselho Regional de Economia – 24ª Região – RO
Av. Calama, 2.300 – sala 14 – Galeria Garden – São João Bosco
78.904-160 – Porto Velho- RO
Tel / fax: (69) 3224-1452
Presidente: João Bartolomeu Kluska
Vice-presidente: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Secretária Executiva: Jackeline Ribeiro Martins
corecon-ro@cofecon.org.br
www.corecon-ro.org.br

Conselho Regional de Economia – 25ª Região – TO
Quadra 108 N – Alameda 02 – Lote 58
77.065.670 – Palmas – TO
(63) 3215-2886
Presidente: Claudiney Henrique Leal da Cunha
Vice-presidente: Francisco Viana Cruz
Secretária Executiva: Gleiciene Bezerra da Cruz
corecon-to@cofecon.org.br
www.corecon-to.org.br

Conselho Regional de Economia – 26ª Região – AP
Rua Manoel Eudóxio pereira, 828 – Santa Rita
68.906-450 – Macapá – AP
Tel / fax: (96) 3225-1323
Presidente: Vitor Barros da Silva
Vice-presidente: Alberto Jorge de Oliveira
Secretária Executiva: Alessandra Marcela Almeida de Santana
corecon-ap@cofecon.org.br
www.corecon-ap.org.br

Conselho Regional de Economia – 27ª Região – RR
Rua Major Williams, 2.108 – São Francisco
69.301.110 – Boa Vista – RR
Presidente: Emerson Carlos Baú
Vice-presidente: Eduardo Aucar Seffair
Corecon-rr@cofecon.org.br

CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA

Conselho Regional de Economia – 1ª Região – RJ
Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares – Centro
20.054-900 – Rio de Janeiro – RJ
(21) 2103-0178 / fax: (21) 2103-0106
Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães
Vice-presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
corecon-rj@corecon-rj.org.br
www.corecon-rj.org.br

Conselho Regional de Economia – 2ª Região – SP
Rua Libero Badaró, 425 – 14º andar – Centro
01.009-905 – São Paulo – SP
(11) 3291-8700 / fax: (11) 3291-8701
Representante Legal: Nancy Goreti Gorgulho Braga
Supervisora Executiva: Maria Dolores Mayan Cripa
corecon-sp@cofecon.org.br
www.coreconsp.org.br

Conselho Regional de Economia – 3ª Região – PE
Rua do Riachuelo, 105 – sala 208 – ed. Círculo Católico – Boa Vista
50.050-400 – Recife – PE
(81) 3222-0758 / 3222-2473 / fax: (81) 3222-0758
Presidente: José Laércio de Viana Queiroz
Vice-presidente: Miguel Romoaldo de Medeiros
Secretário Executiva: Ivonete de Melo Silva
corecon-pe@cofecon.org.br
www.coreconpe.org.br

Conselho Regional de Economia – 4ª Região – RS
Rua Siqueira Campos, 1.184 – Conj. 601-606 – Centro
90.010-001 – Porto Alegre – RS
(51) 3254-2600
Presidente: Geraldo Rodrigues da Fonseca
Vice-presidente: João Batista Soligo Soares
Gerente Executiva: Edi Cruz
corecon-rs@cofecon.org.br
www.coreconrs.org.br

Conselho Regional de Economia – 5ª Região – BA
Rua Frederico Simões, 98 – sala 505 – Caminho das Árvores
41.820-774 – Salvador – BA
(71) 3341-1597 / 3341-2764 / 3341-2770
Presidente: José Élio de Souza
Vice-presidente: Francisca Santos de Aragão
Superintendente: Bruno Pires Sacramento
corecon-ba@cofecon.org.br
www.corecon-ba.org.br

Conselho Regional de Economia – 6ª Região – PR
Rua Professora Rosa Saporski, 989 – Mercês
80.810-120 – Curitiba – PR
Tel / fax: (41) 3336-0701
Presidente: Maria de Fátima Miranda
Vice-presidente: Eduardo Moreira Garcia
Gerente Executivo: Amarildo de Souza Santos
corecon-pr@corecon-pr.org.br
www.corecon-pr.org.br

Conselho Regional de Economia – 7ª Região – SC
Rua Trajano, 265 – 12º andar – Centro
88.010-010 – Florianópolis – SC
Tel / fax: (48) 3222-1979
Presidente: Paulo de Tarso Guihon
Vice-presidente: Valery Maineri König
Gerente Executiva: Alessandra Giseli Ugioni
corecon-sc@cofecon.org.br
www.corecon-sc.org.br

Conselho Regional de Economia – 8ª Região – CE
Av. Antônio Sales, 1.317 – sala 102 – Joaquim Távora
60.135-100 – Fortaleza – CE
(85) 3246-1551 / fax: (85) 3224-8162
Presidente: Vicente Ferrer Augusto Gonçalves
Vice-presidente: Suely Salgueiro Chacon
Gerente Executiva: Lúcia Melo
corecon-ce@cofecon.org.br
www.corecon-ce.org.br

Conselho Regional de Economia – 9ª Região – PA
Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 918 – Umarizal
66.055-000 – Belém – PA
(91) 3223-1988 / 3222-6917 / fax: (91) 3242-0207
Presidente: Eduardo José Monteiro da Costa
Vice-presidente: João Tertuliano de Almeida Lins Neto
Gerente Executiva: Julieta Hattori
corecon-pa@cofecon.org.br
www.coreconpara.org.br

Conselho Regional de Economia – 10ª Região – MG
Rua Paraíba, 777 – Funcionários
30.130-140 – Belo Horizonte – MG
Presidente: Jersone Tasso Moreira Silva
Vice-presidente: Cândido Luiz de Lima Fernandes
Gerente Executivo: Flávio Vidigal de Carvalho Pereira
corecon-mg@cofecon.org.br
www.portaldoeconomista.org.br

Conselho Regional de Economia – 11ª Região – DF
Setor Comercial Sul, Quadra 4 – Ed. Embaixador – sala 202
70.318-900 – Brasília – DF
(61) 3964-8366 / 3223-1429 / 3225-9242 / Fax: (61) 3964-8364
Presidente: José Luiz Pagnussat
Vice-presidente: Jusçanio Umbelino de Souza
Gerente Executiva: Michele Cantuária
corecon-df@corecondf.org.br
www.corecondf.org.br

Conselho Regional de Economia – 12ª Região – AL
Rua Dias Cabral, 165 – 1º andar – Centro
57.020-250 – Maceió – AL
(82) 3221-3850
Presidente: Denivaldo Tarcino da Rocha
Vice-presidente: José Claiton Moreira Fernandes
Gerente Executivo: Tivaldo Coltinho
corecon-al@cofecon.org.br
http://corecon-al.neobiz.com.br

Conselho Regional de Economia – 13ª Região – AM
Rua Leonardo Malcher, 768 – Centro
69.010-170 – Manaus – AM
Tel / fax: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826 /
Presidente: Erivaldo Lopes do Vale
Vice-presidente: Edson Nogueira Fernandes Junior
Gerente Executiva: Keity Anny Matos da Silva
corecon-am@cofecon.org.br
www.corecon-am.org.br

Conselho Regional de Economia – 14ª Região – MT
Rua 06 – Quadra 11 – Lote 02 – Palácio Paiaguás
78.050-900 – Cuiabá – MT
(65) 3644-1607
Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos
Vice-presidente: Reginaldo Conceição Amorim
Gerente Executiva: Tianna pereira Monteiro da Silva
corecon-mt@cofecon.org.br
www.cofecon.org.br/corecon-mt

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA